

DIMENSÕES DO  
PLANO DE AÇÕES  
ARTICULADAS

CONTEXTOS E  
ESTRATÉGIAS DE  
IMPLEMENTAÇÃO

## Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

---

### *Editora Executiva*

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

### *Conselho Editorial Educação Nacional*

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

### *Conselho Editorial Educação Internacional*

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Dalva Valente Guimarães Gutierres  
Maria Goretti Cabral Barbalho  
Maria Simone Ferraz Pereira M. Costa  
(organizadoras)

DIMENSÕES DO  
PLANO DE AÇÕES  
ARTICULADAS

CONTEXTOS E  
ESTRATÉGIAS DE  
IMPLEMENTAÇÃO

MERCADO®  
LETRAS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Dimensões do PAR : contextos e estratégias de implementação / Dalva Valente Guimarães Gutierrez, Maria Goretti Cabra Barbalho, Maria Simone Ferraz P. Moreira Costa, (organizadoras). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2017. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-7591-472-4

1. Avaliação educacional – Brasil 2. Brasil – Política educacional 3. Gestão educacional 4. Plano de Ações Articuladas (PAR) 5. Professores – Formação 6. Qualidade do ensino I. Gutierrez, Dalva Valente Guimarães. II. Barbalho, Maria Goretti Cabra. III. Costa, Maria Simone Ferraz P. Moreira. IV. Série.

17-03053

CDD-379.81

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Política educacional 379.81

*capa e gerência editorial:* Vande Rotta Gomide  
*preparação dos originais:* Editora Mercado de Letras

**apoio institucional:**

UFRN, UFP, UFU, Obeduc, Capes

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

[www.mercado-de-lettras.com.br](http://www.mercado-de-lettras.com.br)

[livros@mercado-de-lettras.com.br](mailto:livros@mercado-de-lettras.com.br)

1ª edição

**ABRIL / 2017**

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

---

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.  
É proibida sua reprodução parcial ou total  
sem a autorização prévia do Editor. O infrator  
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

---

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ..... 9

### **Parte I – PAR: FUNDAMENTOS E A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

#### **capítulo 1**

QUALIDADE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: SOBRE A  
PERSPECTIVA GERENCIAL E A QUALIDADE SOCIAL DA  
EDUCAÇÃO ..... 23

Robson Antônio dos Reis Veiga e

Marcelo Soares Pereira da Silva

#### **capítulo 2**

A AVALIAÇÃO E A PRODUÇÃO DA QUALIDADE  
NA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ..... 47

Maria Simone Ferraz Pereira Moreira Costa e

Antônio Cláudio Moreira Costa

#### **capítulo 3**

O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A BASE  
LEGAL PARA SUA FORMULAÇÃO ..... 75

Gilneide Maria de Oliveira Lobo e

Maria Goretti Cabral Barbalho

## **Parte II – DIMENSÕES DO PAR: DESAFIOS E PRÁTICAS**

### **capítulo 4**

AUTONOMIA E A PARTICIPAÇÃO COLETIVA NA GESTÃO  
EDUCACIONAL A PARTIR DO PLANO DE AÇÕES  
ARTICULADAS EM MUNICÍPIOS DO PARÁ . . . . . 101

Maria Dayse Henriques de Camargo,  
Valéria Silva de M. Novais, Dalva Valente G. Gutierrez e  
Vera Lúcia Jacob Chaves

### **capítulo 5**

O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR):  
UMA PERSPECTIVA DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO  
PÚBLICA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, MG. . . . . 129

Lucia de Fátima Valente e  
Sangelita Miranda Franco Mariano

### **capítulo 6**

DESAFIOS E IMPLICAÇÕES NA ATUALIDADE  
À FORMAÇÃO DOCENTE: INTERLOCUÇÕES COM  
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) . . . . . 159

Lázara Cristina da Silva

### **capítulo 7**

O PÚBLICO E O PRIVADO NAS AÇÕES DE  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO PLANO DE AÇÕES  
ARTICULADAS (PAR) EM MOSSORÓ, RN. . . . . 187

Francisca Edilma Braga Soares Aureliano e  
Maria Aparecida de Queiroz

### **capítulo 8**

REGIME DE COLABORAÇÃO, FORMAÇÃO  
DOCENTE NO ESTADO DO PARÁ E O PLANO  
DE AÇÕES ARTICULADAS . . . . . 215

Arlete Maria Monte de Camargo, Luis Fernando Palheta,  
Laurimar de Matos Farias e Rafael Costa Martins

### **capítulo 9**

A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A VALIAÇÃO NO PAR: UM ESTUDO NO ESTADO DO PARÁ. . . . .	241
Maria Edilene da Silva Ribeiro, Ivone Rosa Cabral e Luis Fernando Palheta	

### **capítulo 10**

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PAR EM NATAL, RN . . . . .	261
Gersonita Paulino de Sousa Cruz e Luciane Terra dos Santos Garcia	

### **capítulo 11**

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) EM MUNICÍPIOS DO PARÁ: PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA? . . . . .	289
Maria Edilene da Silva Ribeiro, Odete da Cruz Mendes e Marcelo Barros Capela	

### **capítulo 12**

PAR (2007-2011) – INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS: RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS ENTRE A UNIÃO E O MUNICÍPIO DE NATAL, RN . . . . .	329
Arécia Susã Moraes, Magna França e Gilmar Barbosa Guedes	

SOBRE OS AUTORES. . . . .	353
---------------------------	-----





## APRESENTAÇÃO

A presente coletânea<sup>1</sup> reúne estudos sobre a política educacional brasileira, abordando conceitos e práticas que contribuem para o debate sobre significativa temática, assim como para a compreensão dos resultados alcançados pela pesquisa intitulada “Avaliação do Plano de Ações Articuladas – PAR: um estudo em municípios do Rio Grande do Norte, Pará e Minas Gerais, no período de 2007 a 2011” desenvolvida no âmbito do Observatório da Educação, financiada pela CAPES.

O objetivo da pesquisa foi avaliar os resultados da implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios dos estados do Rio Grande do Norte, Pará e Minas Gerais no que se refere à gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; infraestrutura e recursos pedagógicos, no período de 2007 a 2011, evidenciando suas repercussões para a sistematização do regime de colaboração entre os entes federados.

O PAR integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, um plano do executivo que teve como objetivo a melhoria

---

1. Nota do Editor: As ideias e contextualizações apresentadas nos textos são de responsabilidades dos respectivos autores não representando a conformidade e o pensamento da Editora.

da qualidade educacional. Por meio da adesão ao Plano de Metas Compromisso pela Educação e da elaboração do PAR, os municípios receberiam assistência técnica e financeira da União, necessárias à melhoria do funcionamento das suas escolas e, conseqüentemente, do ensino. O PAR está organizado em quatro dimensões: gestão educacional; formação dos profissionais da educação e de pessoal de apoio; prática pedagógica e avaliação e; infraestrutura física e recursos pedagógicos.

O documento enuncia que o MEC, para concretizar o regime de colaboração, empreendeu esforços e, a partir dessa divisão de responsabilidades entre os entes federados, priorizou o aumento dos índices de qualidade da educação nacional, especialmente na educação básica.

O livro nominado *Dimensões do PAR: contextos e estratégias de implementação* constitui-se no segundo livro produzido, objetivando a análise e divulgação dos dados coletados no processo investigativo.

Os doze capítulos que compõem este livro estão organizados em duas partes temáticas as quais privilegiam duas dimensões de análise: uma relativa às questões políticas; a outra, a prática ou estratégias de execução.

Na Parte I – *Par: fundamentos e a melhoria da qualidade da educação* – concernente às questões políticas, estão inclusos três textos que tratam da discussão sobre políticas educacionais e qualidade, avaliação e qualidade e fundamentos legais de uma política implementada no campo educacional.

Assim, o capítulo 1 *Qualidade e políticas educacionais: sobre a perspectiva gerencial e a qualidade social da educação*, de Robson Antônio dos Reis Veiga e Marcelo Soares Pereira da Silva analisa o tema da qualidade no contexto das políticas educacionais. Tem como objetivo situar as principais concepções de qualidade da educação que se fazem presentes no cenário educacional brasileiro

a partir dos anos de 1990. Nesse sentido, a partir de uma revisão de literatura, apresenta os principais elementos que definem a qualidade no contexto da Gerência da Qualidade Total e sua articulação com o gerencialismo no campo da educação. Em seguida discute os pressupostos que fundamentam a concepção de qualidade social que tem sido apresentada por diferentes autores. Ao final coloca em destaque o caráter multidimensional e polissêmico que o tema da qualidade assume no campo da educação em geral e das políticas educacionais mais especificamente.

O capítulo 2 denominado *A avaliação e a produção da qualidade na escola pública de educação básica*, de autoria de Maria Simone Ferraz Pereira Moreira Costa e Antônio Cláudio Moreira Costa foca a discussão na maneira que a avaliação sistêmica tem sido chamada pelas políticas contemporâneas para medir a qualidade da educação ante o contexto educacional em que igualdade de acesso à escola não tem significado igualdade de oportunidades e garantia de aprendizagem. Para isso, por meio da pesquisa bibliográfica e análise de alguns documentos inicialmente faz uma reflexão sobre a avaliação sistêmica como uma política de regulação que tem como princípio a garantia da qualidade educacional. Posteriormente, analisa como essa política de regulação contribuiu para que as escolas, principalmente as públicas, alcancem uma qualidade (anti) social, restrita muitas vezes à publicização dos dados obtidos via avaliação sistêmica e limitada aos aspectos técnicos sobre o tema.

O capítulo 3, que fecha a primeira parte, denominado *O Plano de Ações Articuladas e a base legal para a sua formulação*, foi escrito por Gilneide Maria de Oliveira Lobo e Maria Goretti Cabral Barbalho e versa sobre a legislação que normatiza e regula a formulação e implementação do Plano de Ações Articuladas – PAR, na perspectiva de proporcionar uma compreensão sobre a forma como estão preconizados os seus elementos constitutivos e sua aplicabilidade nas redes de ensino. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental, especialmente, dos documentos

ancorados no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com o intuito de analisar o que indicam as leis, decretos e resoluções que regulamentam o PAR. Nas considerações finais, destacam-se a Resolução/CD/FNDE de nº 29, de 20 de junho de 2007 e a de nº 14, de 8 de junho de 2012 como as que embasam o processo de construção e aprovação do PAR. Compreende-se que os aspectos da base legal abordados, que envolvem a operacionalização do Plano de Ações Articuladas, não são suficientes para que se possa afirmar que o mesmo será efetivamente uma política que conseguirá estabelecer o regime de colaboração.

A Parte II, atinente à dimensão prática ou estratégias de execução, é composta por nove capítulos e traz um debate sobre as dimensões a partir das quais o PAR está organizado, focalizando os desafios e estratégias de implementação em contextos locais.

Assim, o capítulo 4, *Autonomia e a participação coletiva na gestão educacional a partir do Plano de Ações Articuladas em municípios do Pará* escrito por Maria Dayse Henriques de Camargo, Valéria Silva de Moraes Novais, Dalva Valente Guimarães Gutierrez e Vera Lúcia Jacob Chaves, traz uma discussão acerca da gestão educacional nos planos de ações articuladas dos municípios paraenses de Altamira, Barcarena, Belém, Cametá e Castanhal, na perspectiva de avaliar seus efeitos na democratização da gestão da educação, tendo como foco de análise as categorias autonomia e participação coletiva. Os indicadores selecionados para análise das duas categorias foram: Existência e funcionamento dos Conselhos Escolares; Existência e Funcionamento do Conselho Municipal de Educação; Existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação; Existência de Projeto Pedagógico nas escolas; Critérios de Escolha para Direção Escolar. Os resultados evidenciam que, apesar dos diferenciados contextos nos cinco municípios selecionados para a pesquisa, o PAR apresenta muitas semelhanças no que tange às ações e subações executadas por encontrarem-se submetidos à mesma plataforma nacional, o que

revela a falta de autonomia dos municipais para planejar as ações a serem desenvolvidas. Considera-se, pois, que o PAR se fundamenta na lógica da gestão gerencial por pautar-se em metas predefinidas pelo governo federal sendo a autonomia e a participação coletiva restritas/limitadas.

O capítulo 5, *O Plano de Ações Articuladas (Par): uma perspectiva de gestão na educação pública municipal de Uberlândia-MG*, de autoria de Lucia de Fátima Valente e Sangelita Miranda Franco Mariano analisa como a gestão democrática se materializa no processo de implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR), política pública educacional que se apresenta como instrumento de gestão no âmbito dos entes federados, e faz parte das diversas iniciativas do Governo Federal no intuito de garantir a melhoria da qualidade da educação brasileira, bem como a efetiva garantia da cidadania e igualdade de oportunidades para os estudantes. Para tanto, as ações propostas pelo do PAR foram construídas a partir de um diagnóstico da realidade específica de cada município, com definições operacionais e parceria entre a União e os entes federados. Nesse contexto teórico problematizaram os efeitos das ações empreendidas pelo PAR na gestão educacional no município de Uberlândia-MG. A partir da pesquisa documental e entrevistas com representantes do comitê local e técnicos da Secretaria Municipal de Educação, identificaram regularidades e convergências construídas no contexto da prática, bem como tentativas de empreender os princípios da gestão democrática na educação pública do município, tendo em vista a relação direta entre a instância global (federal) e a local (municipal).

Lázara Cristina da Silva escreve o capítulo 6, nomeado de *Desafios e implicações na atualidade à Formação docente: interlocuções com Plano de Ações Articuladas (Par)* procura compreender os sentidos que a formação continuada de professores para a escolarização das pessoas público da educação especial, são produzidos quando relacionadas com as ações do PAR. O

mesmo partiu das seguintes questões: há necessidade de se investir na formação continuada de professores no tocante a inclusão educacional? Os professores que atuam nesta realidade com demandas distintas das colocadas na formação inicial poderão trabalhar na contramão da direção indicada pela legislação educacional brasileira pós constituição de 1988? O PAR abriga esta demanda? As reflexões realizadas evidenciaram a necessidade de se investir na formação continuada de professores no tocante a inclusão educacional. Pois se percebe a presença da percepção de inclusão enquanto introdução dos estudantes público da educação especial na escola, uma perspectiva restrita do termo, que se trata do direito de todos à escolarização. Dados do IBGE demonstram que de 2004 a 2012 houve um significativo avanço da presença de estudantes dos grupos considerados mais pobres na escola, portanto, vulneráveis nos processos de escolarização. Os dados coletados e analisados indicam que a preocupação com a formação continuada dos profissionais da educação para o trabalho relacionado à escolarização do público da educação especial, aparece de forma incipiente nas demandas apresentadas nos municípios mineiros no PAR. Soma-se a isto o papel que a Rede de Formação Continuada de Professores em Educação Especial da Secadi/MEC, tem assumido um papel insignificante na formação de professores, uma vez que há um número muito grande de evadidos dos cursos propostos. No caso dos Programas do Ministério da Educação, investir, na qualificação exige acompanhar e cobrar a contrapartida dos municípios e entes federados assumidos durante a assinatura do convênio. Aliás, os resultados positivos destes programas deveria ser interesse comum, logo, resultado de uma articulação e produção de reflexões coletivas dos resultados e dificuldades vivenciadas pelas instituições públicas envolvidas no processo, no sentido de respaldar a tomada de decisões das mesmas para os anos seguintes.

*O capítulo 7, O público e o privado nas ações de formação de professores do Plano de Ações Articuladas (PAR) em Mossoró*

– *RN*, produzido por Francisca Edilma Braga Soares Aureliano e Maria Aparecida de Queiroz, discute alguns aspectos inerentes a gestão gerencial quanto às relações entre o público e o privado presentes na parceria da Secretaria Municipal de Educação de Mossoró-RN com o Instituto Ayrton Senna, entre 1998 e 2009, por meio do *Programa Gestão Nota 10* e que influenciaram na formulação do Plano de Ações Articuladas (PAR) para o período de 2007 a 2011, especialmente na dimensão formação de professores. Inicialmente as autoras abordam, informações significativas sobre o PAR como um programa estratégico do governo executado pelo Ministério de Educação para desencadear as políticas educacionais propostas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e no Plano de Metas todos pela Educação (PMCTE), destacando as ações da dimensão formação de professores no município de Mossoró-RN. Em seguida, apresentam a análise dos dados da pesquisa no referido município quanto as influências do IAS na formulação do PAR e nas políticas educacionais no referido município.

A formação docente é destacada, também, no capítulo 8, *Regime de colaboração, formação docente no Estado do Pará e o Plano de Ações Articuladas*, de autoria de Arlete Maria Monte de Camargo, Fernando Palheta, Laurimar Matos e Rafael Martins pelo qual analisam as principais tendências identificadas na pesquisa “Avaliação do Plano de Ações Articuladas” no estado do Pará, no que diz respeito à dimensão formação de professores o regime de colaboração. Com base em dados obtidos a partir do INEP/MEC e entrevistas com técnicos e professores envolvidos com a implantação do PAR nos municípios, os autores caracterizam o quadro da formação docente nos municípios que integram a amostra da pesquisa no período de 2007 a 2012 e analisam as principais tendências considerando o regime de colaboração entre os entes federados. Por fim, os autores concluem que, em relação à formação

de professores, embora apresentando contradições, o PARFOR possibilitou o regime de colaboração nos municípios pesquisados.

A dimensão Práticas Pedagógicas e Avaliação é foco de análise em três textos. No capítulo 9, *A prática pedagógica e avaliação no PAR: um estudo no Estado do Pará*, foi escrito por Maria Edilene Ribeiro, Ivone Rosa Cabral e Luis Fernando Palheta. Fundamentados nos relatórios do PAR dos Municípios de Belém, Barcarena, Castanhal, Cametá e Altamira, os autores abordam o eixo Prática pedagógica e avaliação a partir do Plano de Ações Articuladas – PAR dos cinco municípios e concluem que o PAR foi planejado de forma distanciada da realidade dos educandos. E isso pode ter contribuído para que a prática pedagógica e a avaliação atualmente estejam a requerer mais atenção no contexto educacional analisado.

O capítulo 10, chamado *Avaliação da aprendizagem: a implementação das ações do PAR em Natal/RN*, de autoria de Gersonita Paulino de Sousa Cruz e Luciane Terra dos Santos Garcia sistematiza os resultados de uma pesquisa teórico-empírica realizada na Secretaria de Educação do Município de Natal/RN. Teve como objetivo analisar a influência do Plano de Ações Articuladas (PAR), desenvolvido no período de 2007 a 2011, nas concepções de avaliação da aprendizagem difundidas na rede municipal. Este estudo integra a pesquisa em rede do Observatório da Educação, denominada “Avaliação do Plano de Ações Articuladas: um estudo em municípios dos estados do Rio Grande do Norte, Pará e Minas Gerais no período de 2007-2011”. Para sua efetivação, optou-se pela metodologia qualitativa e, como procedimentos de pesquisa, foram realizadas revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. Tendo em vista a melhoria dos resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a Rede Municipal de Ensino de Natal implementou ações referentes à avaliação da aprendizagem. Vale salientar que na Secretaria Municipal de Educação já havia um processo de planejamento



educacional consolidado, de forma que o PAR interfere e sobrepõe-se aos processos já existentes, intervindo na autonomia do sistema de planejar suas ações. Por outro lado, conferiu maior sistematicidade às práticas de planejamento existentes. No que concerne à concepção de avaliação, constatou-se que, na rede municipal de Natal, já havia uma proposta de avaliação formativa, consolidada antes da implementação do PAR. Na elaboração desse plano, a rede municipal selecionou programa educacional cuja proposta se aproximava do referencial de avaliação, adotado na rede de ensino, de forma que o desenvolvimento das ações de avaliação colaborou para reforçar a concepção existente na rede, apesar de o PAR, em si, consistir em uma política gerencial, firmada por meio de contrato de gestão que visa ao controle de resultados e responsabilização dos sujeitos.

O capítulo 11, nomeado de *A avaliação da aprendizagem no Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios do Pará: participação e autonomia?*, de Maria Edilene S. Ribeiro, Odete da Cruz Mendes e Marcelo Barros Capela analisa como se configurou a avaliação da aprendizagem no PAR 2007-2011, nos municípios de Belém, Castanhal, Cametá, Barcarena e Altamira, no estado do Pará. Ancorados em análise documental e entrevista com os sujeitos que se envolveram mais diretamente no processo de elaboração e execução do PAR nos municípios da pesquisa, os autores concluem que a maioria das ações geradas pelos cinco municípios da pesquisa se concentra em infraestrutura física e recursos pedagógicos com 49% do total de ações e que o menor percentual de ações geradas foi o relativo à dimensão práticas pedagógicas e avaliação (25%). Esta dimensão vem recebendo pouca atenção na maioria dos municípios pesquisados, pois foram poucas as Secretarias municipais de Educação que apresentaram diretrizes para avaliação da aprendizagem. A maioria dos municípios considera como referências de avaliação, questões mais instrumentais associadas ao

Ideb. Neste aspecto, a participação e a autonomia da equipe técnica local em relação às orientações do MEC são limitadas.

O capítulo 12, designado de *PAR (2007-2011) — infraestrutura física e recursos pedagógicos: relações intergovernamentais entre a União e o Município de Natal/RN*, produzido por Arécia Susã Moraes, Magna França e Gilmar Barbosa Guedes analisa as relações intergovernamentais tomando como referência os resultados da assistência técnica e financeira pelo governo federal aos municípios. Destaque é dado à dimensão Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, principalmente, aos planos e projetos financiados, integrantes do PAR (2007-2011), cujos recursos são descentralizados via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC), no caso específico, à rede municipal de ensino de Natal/RN.

Analisa-se, pois, as competências dos entes federados na implementação do PAR no município de Natal/RN, por meio da dimensão Infraestrutura e Recursos Pedagógicos e até que ponto o regime de colaboração está sendo efetivado para a implementação das ações circunscritas nos documentos e materializadas nessa dimensão.

Considerando os dados empíricos, observa-se que o município de Natal, no âmbito do Plano Municipal de Educação, estabelece metas que preveem a construção e manutenção das condições de infraestrutura das escolas de educação infantil e ensino fundamental, bem como a aquisição de mobiliário e materiais para as unidades de ensino. O ente federado complementa, com recursos do orçamento municipal, um repasse as escolas para suprir algumas necessidades referente à infraestrutura.

Ocorre, portanto, uma forma de cooperação entre a União e o município, por intermédio da assistência financeira do MEC, que proveem, com programas do FNDE, insumos para que o ente federado possa garantir as condições de infraestrutura e recursos

pedagógicos na rede de ensino. No entanto, a escassez de recursos e a falta de apoio técnico do MEC inviabilizaram a execução de algumas subações, cuja análise recai na relação intergovernamental entre os entes federados para implementação de políticas educacionais e os propósitos do PAR municipal.

Ao apresentar um conjunto de textos resultantes de pesquisa objetivamos ampliar o debate sobre as políticas educacionais e suas repercussões nos municípios constitutivos da pesquisa e evidenciar o esforço coletivo e colaborativo de pesquisadores, do ensino superior e da educação básica, que têm se dedicado a compreender o campo de estudos das políticas educacionais e suas repercussões nas redes de ensino. A iniciativa de publicar a sistematização do que foi produzido pelo coletivo de pesquisadores até o presente momento é importante para que outros compreendam os impactos dessa política em suas dimensões: gestão educacional; formação dos profissionais da educação e de pessoal de apoio; prática pedagógica e avaliação e; infraestrutura física e recursos pedagógicos. E também, para que seja objeto de análise e crítica contribuindo assim para o estreitamento do diálogo e do desvelamento dos limites e potencialidades da implantação do PAR enquanto uma política pública no contexto das atuais políticas educacionais do Brasil.

*Dalva Valente Guimarães Gutierrez*  
*Maria Goretti Cabral Barbalho*  
*Maria Simone Ferraz Pereira M. Costa*  
Janeiro de 2017